



### Cessão fiduciária de títulos de crédito e seus limites na recuperação judicial de empresas afetadas por desastres climáticos

#### Autor(res)

Emiliano Peggion De Carvalho Navarro

Érica Alves Da Silva

Edilene Maria Torquato Villar

Eliziane Fernanda Navarro Peggion

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA TANGARÁ DA SERRA

#### Introdução

A cessão fiduciária de títulos de crédito constitui importante mecanismo de garantia no direito empresarial brasileiro, pois transfere ao credor fiduciário a titularidade resolúvel dos recebíveis, os quais, em regra, não se submetem aos efeitos da recuperação judicial. Entretanto, a intensificação de eventos climáticos extremos e seus impactos econômicos sobre a atividade produtiva reacenderam o debate sobre os limites dessa exclusão legal. Em contextos de calamidade, a retirada integral de ativos essenciais à operação pode inviabilizar a superação da crise, tensionando a tutela do crédito e o princípio da preservação da empresa. Nesse cenário, impõe-se refletir se a rigidez do regime da cessão fiduciária deve prevalecer de forma absoluta mesmo diante de empresas atingidas por desastres climáticos.

#### Objetivo

Analisar os limites da cessão fiduciária de títulos de crédito na recuperação judicial de empresas afetadas por desastres climáticos, à luz da preservação da empresa, da função social da atividade econômica e da segurança jurídica nas relações creditícias.

#### Material e Métodos

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com método dedutivo, a partir de revisão bibliográfica, análise legislativa e exame jurisprudencial. Foram utilizados como marcos normativos centrais a Lei nº 11.101/2005 e a disciplina jurídica da cessão fiduciária de recebíveis, além da doutrina especializada em direito empresarial e insolvência. No plano jurisprudencial, o estudo parte da interpretação conferida pelos tribunais à extraconcursalidade prevista no art. 49, § 3º, da Lei de Recuperação Judicial e Falência, especialmente em hipóteses nas quais a constrição dos recebíveis compromete a continuidade da atividade empresarial. O recorte analítico considera, ainda, a incidência de eventos climáticos extremos como fator agravador da crise econômico-financeira.

#### Resultados e Discussão

Os resultados indicam que, embora a cessão fiduciária seja tradicionalmente tratada como garantia excluída dos

# VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



efeitos da recuperação judicial, a aplicação dessa regra não pode ser compreendida de modo mecânico em situações excepcionais. Em empresas atingidas por desastres climáticos, a subtração imediata de recebíveis essenciais pode inviabilizar capital de giro, pagamento de salários, continuidade contratual e própria execução do plano recuperacional. Verifica-se, assim, uma tensão entre a proteção do credor fiduciário e os valores que informam o sistema recuperacional, sobretudo a preservação da empresa e sua função social. A discussão demonstra que eventual relativização da extraconcursalidade não deve significar supressão da garantia, mas ponderação criteriosa, excepcional e fundamentada, apta a compatibilizar estabilidade do mercado de crédito com resposta juridicamente adequada a crises empresariais agravadas por desastres climáticos.

### Conclusão

Conclui-se que a cessão fiduciária de títulos de crédito não deve ser considerada absolutamente imune aos efeitos da recuperação judicial quando a crise empresarial estiver diretamente associada a desastres climáticos de grande impacto. Nesses casos, admite-se interpretação sistemática e principiológica da legislação, com mitigação pontual da extraconcursalidade, desde que preservados critérios de proporcionalidade, fundamentação judicial e segurança jurídica.

### Referências

BRASIL. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Dispõe sobre a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. São Paulo: Saraiva.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: recuperação de empresas e falência. São Paulo: Atlas.